

Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques
Presidente

Pe. José Élio Correia de Freitas
Diretor

Equipe Técnica

José Roberto Matos Cabral
Francisco Antônio Ferreira de Almeida
Francisco Silvino da Silva
Abelardo Coelho da Silva
Kelanny Oliveira de Moraes
Maria de Lourdes Vieira Ferreira

Equipe de Apoio

José Enildo Moreira Costa
Sônia Maria de Freitas Alves
Luiz Magalhães de Oliveira

Estagiários

Keline de Freitas Costa
Ana Aline Furtado Soares

Dados da Entidade

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH

CNPJ: 00.276.802/0001-29

Endereço: Av. Dom Manuel, 339 – Centro – 60060-090 – Fortaleza- CE

Histórico

O CDPDH nasceu em Maio de 1982, por decisão pastoral da Arquidiocese de Fortaleza e o apoio decisivo de D. Aloísio Lorscheider, Arcebispo Metropolitano na época. A decisão de se criar o CDPDH insere-se no contexto de trabalho das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, junto à população de sem-teto de Fortaleza e região metropolitana. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia muitas ocupações de terrenos ociosos, públicos e privados, na cidade, bem como ocupações de terra no campo. Nesse período as CEB's refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população de sem teto e sem terra, que resistia no seu direito de ter moradia e terra para plantar e viver, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos individuais, inclusive no direito de liberdade de expressão. O CDPDH atuou também na defesa do direito à terra das populações pobres das regiões da serra, praia e sertão.

Assim sendo, organizou-se o CDPDH inicialmente com uma temática mais forte: Terra e Moradia, mesmo assim o Centro atendeu as pessoas que procuravam por diversas questões trabalhistas, prisão ilegal, ex-presidiários, etc...

Em 1992, o CDPDH incluiu dentro da sua linha de trabalho, a temática Justiça e Segurança que teve como ponto forte o Banco de Dados de Homicídios, em parceria com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (ao qual o Centro é filiado), consistindo na coleta de dados sobre a violência contra a vida – homicídios dolosos.

Em 1994, com a separação do CDPDH da Cáritas Arquidiocesana, que lhe emprestava a sua pessoa jurídica, a Pastoral Indigenista inseriu-se no estatuto do CDPDH. Hoje, o público indígena é um dos beneficiários do Centro.

Em 1997, quando completou 15 anos de existência, o CDPDH contabilizou mais de 500 ações jurídicas em favor das comunidades populares. Hoje, chegando aos seus 26 anos, contabiliza que cerca de 48 mil famílias tiveram acesso a uma moradia digna graças à intervenção e apoio do CDPDH.

Em 2002, nos seus 20 anos de existência, o CDPDH contabilizou os seguintes números: 600 ações judiciais; 48 mil casas para as famílias sem-teto, 40 desapropriações de terrenos ocupados, 10 concessões de terras públicas e 10 áreas de assentamentos.

Em 2007, chegando aos seus 25 anos, o CDPDH constitui-se com um importante patrimônio social do Ceará, em particular da região metropolitana de Fortaleza, dada a sua grande contribuição no campo da promoção dos direitos humanos. Todo esse resultado provém do trabalho de assessoria do Centro visando à organização comunitária da população excluída para a efetivação de seus direitos.

Finalidades Estatutárias

I – Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

II – Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito a terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

III – Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

IV – Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

V – Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

VI – Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes.

Apresentação

Este relatório apresenta as atividades do CDPDH, no ano 2008. Relata as ações dos projetos, as ações de articulação na sociedade e as ações internas institucionais, que incluem a capacitação da equipe, as reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo, as ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 5 pontos:

1. Projeto Protagonismo Indígena.
2. Projeto Habitabilidade Urbana.
3. Projeto Assessoria às Áreas de Risco.
4. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
5. Ações Institucionais.

Todas essas ações constituem-se na efetivação do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

1. Projeto Habitabilidade Urbana.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º semestre: Janeiro a junho.	<ul style="list-style-type: none"> Reunião interna de planejamento das ações do projeto 2008 	<ul style="list-style-type: none"> Fixar datas das audiências com os poderes públicos municipal e estadual sobre o documento reivindicatório; Planejar a realização de dois seminários: Políticas Democráticas e Controle Social & Instrumentos Legais de Direitos Humanos Nacionais e Internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento contendo as seguintes ações: Monitoramento das ações realizadas em 2007; Fixar audiência com autoridades da PMF e governo do Estado para pressionar o atendimento as reivindicações contidas no documento reivindicatório; Realização de dois seminários: Políticas Democráticas e Controle Social & Instrumentos Legais de Direitos Humanos Nacionais e Internacionais; Realização do seminário final de avaliação
	<ul style="list-style-type: none"> Visita nas áreas do Grande Tancredo Neves: reunião e visita nas áreas entre as ruas Castro de Alencar, Padre Francisco Pita, Rua Esperança e Av. Rogaciano Leite. 	<ul style="list-style-type: none"> Definir essas áreas como público do projeto neste ano e também, inclui-las dentro das atividades específicas do projeto financiado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza através da Secretaria Municipal da Assistência Social – SEMAS. 	<ul style="list-style-type: none"> Percebidas as carências dessas áreas quando a falta de posto de saúde; falta de atendimento social por parte dos poderes públicos e a falta de diálogo da população com a administração da Regional 06 da Prefeitura Municipal de Fortaleza; Definidas essas áreas como público do projeto neste ano e também, incluídas dentro das atividades específicas do projeto financiado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza através da Secretaria Municipal da Assistência Social - SEMAS
	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com lideranças locais 	<ul style="list-style-type: none"> Planejar as ações conjuntas para 2008; Realizar monitoramento 2007. 	<ul style="list-style-type: none"> Informada pela presidência da Associação Santa Bárbara seu afastamento da associação devido a sua candidatura a vereadora e apresentada sua substituta; Refletida a possibilidade de se montar uma cooperativa de catadores de lixo para reciclagem o que ficou claro a dificuldade de mobilizar e articular esses catadores; Definida a visita das lideranças a Habitafor – Fundação Habitacional de Fortaleza da Prefeitura; Informado que o Documento Reivindicatório foi entregue ao Governo do Estado e até agora não veio resposta; Apresentadas as ações para 2008.
	<ul style="list-style-type: none"> Oficina de elaboração de 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar para as 	<ul style="list-style-type: none"> Definido que cada comunidade

	projetos.	lideranças o modelo padrão para elaboração de propostas.	pensaria sua proposta de projeto e que o CDPDH iria às associações acompanhar a elaboração dessas propostas
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de monitoramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar a visita a Habitafor para apresentação de uma proposta de projeto de habitação popular. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percebida a necessidade de um maior compromisso das lideranças em visitar os poderes públicos e buscar um diálogo; • Definida a organização interna da comunidade para participar do Orçamento Participativo para definir recursos financeiros para a resolução de problemas habitacionais.
	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento ao projeto de educação em informática na ACERSUL - Associação Comunitária Evangélica da Região Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber todas as demandas da associação como problema maior a ser resolvido pelo projeto, tal como a falta de educação em informática para crianças e jovens de escolas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Percebidas todas as demandas da associação como problema maior a ser resolvido pelo projeto: A falta de educação em informática para crianças e jovens de escolas públicas; • Elaborado o plano preliminar do projeto com: justificativa, objetivos e atividades; • Definida toda a estrutura necessária para o projeto funcionar.

	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário de Práticas Democráticas e Controle Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar Controle Social e Participação Cidadã; • Socializar os espaços formais de controle social: nacional e local; • Trocar experiências com representantes do Conselho Tutelar; Conselho Estadual de Segurança Pública e Conselho Comunitário de Defesa Social do Jardim das Oliveiras; • Simular uma reunião de um Conselho Deliberativo protagonizado pelos presentes; • Debater Orçamento Participativo • Definir um representante para ser delegado do Orçamento Participativo para defender as demandas mais urgentes da comunidade e incluí-las no orçamento público. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecimento e conscientização da importância do Orçamento Participativo; 2. Novas informações sobre direitos e deveres; 3. Informações sobre o número de conselhos que existem nas comunidades; 4. A experiência da simulação propiciou a partilha de opiniões das pessoas para definir o que é melhor para a comunidade. A gente aprende é ouvindo; 5. A diminuição de participantes do primeiro para o segundo encontro: falta de interesse, caso de doença, etc... <ul style="list-style-type: none"> • Definido um representante para ser delegado do Orçamento Participativo para defender as demandas mais urgentes da comunidade e incluí-las no orçamento público.
	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário Habitabilidade Urbana e Cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> • Debater junto às autoridades da Prefeitura Municipal de Fortaleza, Governo do Estado do Ceará e Câmara Municipal de Fortaleza, o documento reivindicatório elaborado pelos moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi reaberta a discussão da concessão dos títulos; • Aberto o canal de diálogo entre as lideranças e o governo do Estado, através da Coordenação de Habitação para os trâmites da concessão dos títulos de posse dos imóveis; • Aberto o canal de diálogo com a Assistente Social, Dra Nair para debater os passos para a concessão.

<p>2º. Semestre:</p> <p>Agosto a dezembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reunião interna para avaliação do 1º semestre do projeto e planejamento 2º semestre. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar a sistematização, percepção e medição de resultados do projeto; Envolver mais a direção da entidade com os resultados do projeto; Utilizar mais os seminários como enfoque pedagógico, pois foram bem avaliados pelo público; Utilizar o documento reivindicatório como referência de pressão em todas as esferas de controle social; Utilizar o representante de quadra para mobilizar mais a base comunitária – famílias. 	<ol style="list-style-type: none"> Aprimorar a sistematização, percepção e medição de resultados do projeto; Envolver mais a direção da entidade com os resultados do projeto; Utilizar mais os seminários como enfoque pedagógico, pois foram bem avaliados pelo público; Utilizar o documento reivindicatório como referência de pressão em todas as esferas de controle social; Utilizar o representante de quadra para mobilizar mais a base comunitária – famílias.
	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com lideranças para planejamento das ações para o segundo semestre. 	<ul style="list-style-type: none"> Socializar o planejamento das ações do projeto Habitabilidade Urbana (Cordaid) e Habitabilidade – Cidadania (PMF) para o 2º semestre; Fechar o compromisso das lideranças em promover a mobilização de moradores para a socialização do planejamento e das conquistas adquiridas através das lutas da associação; Conscientizar as lideranças sobre a importância de estruturar a mobilização através de representantes de quadra e de ruas, para melhorar a comunicação com os 	<ul style="list-style-type: none"> Socializado o planejamento das ações do projeto Habitabilidade Urbana (Cordaid) e Habitabilidade – Cidadania (PMF) para o 2º semestre; Fechado o compromisso das lideranças em promover a mobilização de moradores para a socialização do planejamento e das conquistas adquiridas através das lutas da associação; Conscientizadas as lideranças sobre a importância de estruturar a mobilização através de representantes de quadra e de ruas, para melhorar a comunicação com os moradores; <p>Debatidos os desafios das lideranças em conciliar vida pessoal e vida comunitária como forma de organizar os papéis de cada uma dentro do planejamento.</p>

		moradores.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de monitoramento do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a escolha dos representantes de quadras; • Informar que as casas para os moradores da área de risco da Lagoa da Zeza foram construídas 	<ul style="list-style-type: none"> • Informado que as lideranças estão em busca de representantes das quadras e ruas; • Percebido o descontentamento das lideranças quanto a falta de colaboração de alguns moradores no movimento comunitário, mas isso não seria motivo para continuar na luta; • Informado que as casas para os moradores da área de risco da Lagoa da Zeza foram construídas faltando serem ocupadas; <ul style="list-style-type: none"> • Solicitado o término da pesquisa de Geração de Renda
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Mapeamento da Geração de Renda das comunidades Nova Vida, Santa Bárbara e Pindorama. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar em quais atividades os moradores destas comunidades preferem trabalhar; • Analisar as ações desenvolvidas pelo Poder Público para concessão de micro créditos; 	<ul style="list-style-type: none"> • A grande maioria dos moradores das três comunidades consultadas prefere trabalhar com atividades ligadas ao comércio; • Foi constatado que praticamente não existem ações dos poderes públicos para o acesso ao micro-crédito nas comunidades pesquisadas; • Grande parte das comunidades pesquisadas não se sente amparada por instituições como Associação de Moradores, Organizações Não-governamentais e Órgãos Governamentais; • Grande necessidade de ações de mobilização das organizações comunitárias da região para a conquista de programas e projetos de acesso a micro-crédito, bem como projetos no campo da gestão de negócios e empreendedorismo; • Os constantes assaltos aos estabelecimentos comerciais inibem os seus donos na hora de buscar investimento na ampliação de seus negócios.
	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário Mecanismos Legais de Direitos Humanos: 	<ul style="list-style-type: none"> • Expor e debater sobre a Defensoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Socializados os eixos de ação da Defensoria Pública:

	<p>Nacional e Internacional</p>	<p>Pública do estado do Ceará;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir o Conselho Nacional de Justiça, Movimento Nacional dos Direitos Humanos; • Analisar Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 12 núcleos descentralizados de atendimento nos bairros da periferia de Fortaleza, inclusive um núcleo no Tancredo Neves; • Trabalho conjunto com as comunidades e lideranças comunitárias desses bairros; • Assistência Jurídica tradicional junto ao poder judiciário; • Mediação e conciliação, com formação de lideranças em mediação e; • Fixada uma reunião com as comunidades do Complexo Tancredo Neves e Defensoria Pública para definir as capacitações das lideranças em mediação e organizar o início dos trabalhos da casa de mediação do complexo que funcionará no Centro Comunitário do Tancredo Neves. • Compreendida a importância dessa casa de mediação e a presença da defensoria no complexo como forma de proteção dos direitos; • Socializados trâmites para as denúncias tanto no plano nacional e internacional (regional OEA) quando for necessário.
	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário final de avaliação do Projeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os impactos do Trienal nestas comunidades, bem como as dificuldades enfrentadas durante a sua implementação. 	<p>Percebidos alguns pontos através das falas dos presentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre a pouca frequência das lideranças e moradores em algumas oficinas/reuniões: <p>“Ter a firmeza deles (moradores e lideranças) sobre a importância do local, e acho que essa questão da frequência tem a ver com essa questão de falta de local fixo para as reuniões. Ainda não vi as lideranças darem importância. Penso que o fator mais negativo do trabalho foi esse: falta de um local certo para reuniões”.(educador do CDPDH)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre a pouca presença

		<p>dos homens nas atividades comunitárias:</p> <p>“Eu acho que normalmente toda vez que se convida, eles tem sempre uma desculpa a dar: ah, eu vou trabalhar, ah isso é coisa pra mulher, vocês já são acostumadas a participar dessas coisas, depois vocês passam pra gente, essas coisas assim, dá um jeitinho de escapar, entendeu? Num tem muita vontade de ir não. Pelos menos a maioria... Os homens não têm muito interesse por esse trabalho, não”. Liderança da ACERSUL</p> <p>“Os homens da nossa diretoria, quando há um projeto pra ser executado, eles se aproximam mais, alguma coisa que vá render alguma coisa, ai eles querem participar da reunião, pra ver o que é, quanto é, quanto vai ganhar. O vice presidente da nossa comunidade é só quando tem projeto, tem alguma coisa pra vender, ou pra receber”. Liderança da Associação Santa Bárbara</p> <p>“Alguns homens têm visão de que uma associação é como se fosse uma casa, é como se fosse administrar uma casa, então parece mais um trabalho de mulher e o homem não tem preocupação de administrar a casa. Só que a preocupação social de mudança de uma comunidade tem que passar na cabeça de todo mundo independente que seja homem ou mulher é uma preocupação geral, é uma preocupação de todo mundo. Mas essa concepção de associação relacionada a casa tem muito isso no imaginário masculino”. (educador do CDPDH)</p> <p>“O Vidal que é o nosso delegado no Orçamento Participativo, inclusive o que ta acontecendo na nossa comunidade foi uma coisa vindo através desse trabalho feito na regional VI, então ele não pode estar em nossas reuniões, mas ele ta no contato, articulando ações. Ele é da diretoria da associação, ele faz parte do saneamento básico, ele é diretor do Conselho Comunitário de Defesa Social</p>
--	--	---

		<p>da Lagoa da Zeza, quando ele não ta trabalhando ele participa. O Cristiano nos ajuda nos serviços de bombeiro, a Beta e a Elaine também". (liderança da Associação Santa Bárbara).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre o público jovem das comunidades assistidas – os resultados obtidos com esse público: "Na entrevista eu disse que mais uma vez fomos incentivados e levados a fazer um trabalho que o Centro de Defesa foi responsável por isso, de recomeçar, e disse da importância do Centro de Defesa de me incentivar para novamente estar nessa luta e depois que o Centro de Defesa retomou em 2006 esse trabalho (porque parou o mutirão nos anos 90, nós paramos a luta, o governo prometeu o contínuo trabalho dentro da comunidade e nada aconteceu...os equipamentos prometidos para capacitação e profissionalização que não vieram)". (liderança da Associação Santa Bárbara) <p>"Eu sabia que não ia recuperar tudo nesses 2 anos. E só fico mais 2 anos. A Lúcia foi fruto de quando vocês (CDPDH) começaram a atuar na comunidade, organizar; ai eu disse, vou aticar Nova Vida, Cajazeiras e elas disseram que não tinham condição pra isso porque não tinham grau de instrução elevado para fazer esse trabalho, eu disse que elas tinham sim condições de fundar associação. Então pessoas jovens. O Cristiano que tinha sérios problemas, hoje é menino novo, pai de família, Graças a Deus, jovem responsável, - eu tenho que contar a história – é o resgate de um jovem que estava perdido na sociedade - hoje é um rapaz inteligente, que ajuda a comunidade, amiga, as pessoas gostam dele onde ele passa". (liderança da Associação Santa Bárbara e presidente do Conselho Comunitário de Defesa Social da Lagoa da Zeza)</p> <p>"Foi a partir dessas capacitações que foi</p>
--	--	---

		<p>fundado o Conselho Comunitário de Defesa Social dos jovens, conselho juvenil, a partir dos 14 anos, só tinha adulto". (liderança da Associação Nova Vida)</p> <ul style="list-style-type: none"> Sobre os resultados das ações de formação e reivindicação: <p>"Estamos levando agora o PROCON (Programa de Orientação Proteção ao Consumidor da Prefeitura de Fortaleza) para lá pra resolver problema de taxa de água, luz, cartão de crédito, débitos, eles atendem tudo". (liderança da Associação Santa Bárbara)</p> <p>"Três anos desse projeto aconteceram através de um financiamento que acaba agora, precisaria mais até porque perdemos 1 ano na organização legal interna. Tivemos 2 anos para buscar essa mudança, consciência da habitabilidade urbana, através da educação em direitos humanos. É pouco tempo pra mudarmos essa realidade e os financiadores não entendem isso muitas vezes. Assim fica o desafio de continuar a buscar verbas para alcançar esses objetivos. As lideranças devem prolongar esse trabalho. (educador do CDPDH)</p>
--	--	---

2. Projeto Protagonismo Indígena.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
	<ul style="list-style-type: none"> Solenidade na etnia Jenipapo Kanindé. Reunião na Aldeia Jenipapo Kanindé 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a solenidade, juntamente com representantes de órgãos públicos, estaduais e municipais. Assessorar nas alterações estatutárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do Convênio da Escola Diferenciada da Etnia Jenipapo Kanindé. Leitura do Estatuto e suas alterações e eleição para a nova diretoria do Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé

<p>1º. Semestre</p> <p>Janeiro a junho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Visita à Aldeia Tapeba • Visita à Justiça Federal • Audiência na Procuradoria da República • Visita à Procuradoria da República • Reunião na Aldeia Tapeba. • Reunião na Aldeia Pitaguary. • Manifestação na FUNASA. • Intercâmbio Estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar uma inspeção de dano ambiental na área Tapeba praticada pelas cerâmicas Barbosa e Campo Grande. • Acompanhar processos • Prestar informações sobre os fatos relatados na representação anteriormente protocolada. • Protocolar petição sobre a aposentadoria por invalidez e o não atendimento do INSS aos índios, sem justificativa. • Solicitar apoio do CDPDH nas manifestações de luta pela terra. • Acompanhar a formulação do regimento interno da Aldeia de Monguba. • Exigir o repasse das verbas da saúde indígena. • Trocar experiências 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificada a ocorrência de dano ambiental, bem como o descumprimento da liminar que proíbe a extração do barro pelas cerâmicas. • Atualização da tabela com os resumos dos processos referentes às três etnias. • Denunciada discriminação sofrida por um índio da etnia Jenipapo-Kanindé. • Protocolada a petição, aguardando resposta. • Discutida a liminar que o município de Caucaia obteve do STF suspendendo o procedimento de demarcação. • Discutidos problemas inerentes à saúde indígena. Exposição dos problemas internos. • Ocupação da sede da FUNASA pelos indígenas para reivindicarem direitos. • Oito jovens conheceram a realidade das Aldeias
---	---	--	--

		culturais e de luta pela terra	Tremembé
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na aldeia Pitaguary de Santo Antônio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar juridicamente os indígenas em alguns casos de violações de direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutido o uso de bebidas alcoólicas nas áreas e outras ameaças.
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Aldeia Jenipapo-Kanindé 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir com a Diretoria do Conselho as alterações estatutárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento de dúvidas sobre a formalização de entidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Aldeia Pitaguary de Santo Antônio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar o conflito interno sobre uma eventual festa dançante, marcada para a mesma data da festa da Mangueira e esclarecer eventuais dúvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi encaminhado um grupo de lideranças que procuraria o Ministério Público Federal.
	<ul style="list-style-type: none"> • Festa do Marco Vivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a festividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evento que ocorre anualmente e simboliza a terra Jenipapo-Kanindé.
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Aldeia Tapeba de Lagoa II e Capuan 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a melhor forma de se efetivar o direito do índio como segurado especial, junto ao INSS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise com as lideranças qual seria o melhor encaminhamento para os indeferimentos dos benefícios.
	<ul style="list-style-type: none"> • Festa do Milho 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as festividades e apresentações culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comemorada a boa colheita pelo Povo Pitaguary.
	<ul style="list-style-type: none"> • Palestra na Faculdade de Direito Farias Brito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a situação de negação de direitos dos índios do Nordeste. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debatida a demarcação das terras indígenas no Ceará.

	<ul style="list-style-type: none"> • Ceará Raízes Indígenas • Entrevista na Mídia Local. • Intercâmbio Regional. • Audiência Pública na Procuradoria da República. • Seminário na Universidade Federal do Ceará • Reunião na Aldeia Jenipapo-Kanindé. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conferir maior visibilidade a luta dos povos indígenas do Ceará, na busca de provar a existência das etnias, suas manifestações culturais e provocar um debate na sociedade cearense sobre a problemática indígena brasileira. • Provocar um debate na sociedade cearense sobre a problemática indígena. • Trocar experiências culturais e de luta pela terra. • Solicitar que o Ministério Público Federal impeça a realização da festa, uma vez que a maioria das lideranças era contrária, uma vez que um índio já havia sido assassinado numa festa semelhante. • Acompanhar os debates, haja vista que se trata de uma bandeira antiga do movimento indígena no Ceará. • Informar sobre alguns processos e assessorar a formalização do novo estatuto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior visibilidade aos povos indígenas cearenses e às suas lutas. • Maior visibilidade aos povos indígenas cearenses e às suas lutas. • Oito jovens conheceram a realidade das Aldeias Potiguara, na Paraíba. • Formalizada da denúncia da festa dançante no mesmo dia da Festa da Mangueira. • Promessa de Implementação do Magistério Superior Indígena. • Leitura do Estatuto alterado.
--	---	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Aldeia Tapeba – Lagoa I • I Assembléia do Povo Tremembé de Almofala. • Festa da Mangueira • Reunião na Aldeia Pitaguary de Monguba. • Oficinas de Vídeo nas Aldeias 	<ul style="list-style-type: none"> • Informar a nova suspensão da Demarcação das terras do Povo Tapeba. • Promover uma troca de experiências e conhecimentos entre as comunidades. • Reunir as 03 comunidades do Povo Pitaguary, Monguba, Santo Antônio e Olho D'água, para refletir sobre as lutas, vitórias e comemorar a boa colheita e comemorar a demarcação física da terra indígena Pitaguary. • Acompanhar a Escolha da Comissão Eleitoral para as eleições do Conselho Indígena. • Trabalhar a linha de comunicação, articulação e informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi solicitado e encaminhado a presença regular do advogado nas aldeias. • Foram discutidos os seguintes temas: etnicidade, cultura, medicina tradicional, educação indígena e educação escolar indígena. • Festa tradicional que simboliza a resistência do Povo Pitaguary. • Escolhida a comissão. • Os jovens indígenas capacitados participaram de 15 oficinas de vídeo, e já estão filmando, editando vídeos que retratam a realidade das aldeias.
<p>2º. Semestre:</p> <p>Agosto a dezembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com entidades da sociedade civil • Manifestação do Povo Tapeba 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a luta pela demarcação das terras indígenas • Articular parcerias com os deputados 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre entidades da sociedade civil e indígenas de várias etnias para organizar manifestações e ações de apoio a demarcação das terras indígenas do Ceará. A data da manifestação foi marcada e os encaminhamentos distribuídos. • 200 índios Tapeba foram à

<p>2º. Semestre:</p> <p>Agosto a dezembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestação pela Demarcação de Terras Indígenas • Reunião na Aldeia Pitaguary de Monguba • Audiência Pública na Assembléia Legislativa • Visita à Justiça Federal • Reunião com a Defensoria Pública da União • Encontro de Lideranças Indígenas de Monsenhor Tabosa 	<p>estaduais e pressionar a Justiça Federal para conhecer os direitos indígenas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Denunciar a não demarcação das terras indígenas cearenses.. • Informar a mudança de advogado do projeto e as oficinas previstas para o segundo semestre. • Denunciar e cobrar melhorias com relação à educação escolar indígena. • Acompanhar um processo de restituição. • Articular atendimento dos índios com benefícios previdenciários indeferidos. • Formar lideranças e fortalecer a luta indígena. 	<p>Justiça Federal e à Assembléia Legislativa manifestarem-se contra a anulação do procedimento de demarcação de suas terras pelo STJ. Foi conseguida uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manifestação pelas terras indígenas, seguindo indígenas de 13 etnias da Praça José de Alencar até a Praça do Ferreira, dançando Toré e reivindicando direitos. • Monitoramento das atividades • Discussão sobre educação escolar indígena. Como a Secretária de Educação do Estado não esteve presente, não houveram muitos encaminhamentos. • Restituição dos bens apreendidos da rádio comunitária do povo Tapeba de Capuan. • Os índios com benefícios previdenciários indeferidos serão atendidos pelos defensores. • Discussão sobre Legislação indigenista e Lei Maria da Penha proveitosa e encaminhamento de ofício para a FUNAI e INCRA a fim de acelerar o procedimento de demarcação das terras do município.
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Aldeia Tapeba de 	<ul style="list-style-type: none"> • Informar sobre a 	<ul style="list-style-type: none"> • As lideranças esperarão

	<p>Capuan.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficina de Gênero nos Povos Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. • VI Caminhada do Índio Tapeba. • Oficina sobre o Novo Estatuto do Índio. • Reunião na Aldeia Pitaguary de Monguba. 	<p>existência de um inquérito policial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o processo de construção e manutenção das relações desiguais de gênero; • Aprofundar os conceitos de gênero e sexo, ressaltando distinções biológicas e desigualdades socialmente construídas; Iniciar o debate sobre desenvolvimento e mulheres indígenas; • Fortalecer as organizações de mulheres no contexto do movimento indígena no Ceará, em especial a AMICE (Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará). • Lembrar a morte do Cacique Perna de Pau; • Denunciar as violações de direitos indígenas no município de Caucaia. • Discutir e alterar o Projeto de lei do Novo Estatuto do Índio, há vários anos em tramitação no Congresso Nacional. • Exigir da FUNAI que, antes de executar um novo projeto, supra as 	<p>as intimações para acionar o CDPDH.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das relações desiguais em razão do gênero e desenvolvimento. • A caminhada marca todos os anos o aniversário de morte do cacique Vítor Perna de Pau. • Discussão e Elaboração do Novo Estatuto através da iniciativa da Comissão Nacional de Política Indigenista. • Apresentação do Termo de Referência das indenizações da CHESF pela CGPIMA FUNAI – Brasília.
--	---	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Aldeia Tapeba de Lagoa II • Festa da Carnaúba, VIII Feira Cultural Tapeba e VII Jogos Indígenas Tapeba • Reunião na Aldeia Jenipapo-Kanindé • Depoimento na Polícia Federal • I Assembléia Geral do Povo Anacé • Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Ceará 	<p>necessidades atuais para gerência e execução dos planos de aplicação anteriores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar as demandas existentes e analisar os instrumentos adequados para a intervenção judicial do CDPDH. • Dar visibilidade à cultura, educação diferenciada e luta do Povo Tapeba de Caucaia. • Informar sobre o andamento de um processo. • Acompanhar o depoimento de índios Pitaguary. • Verificar, discutir e encaminhar questões referentes a desapropriações para a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. • Agilizar os procedimentos demarcatórios das Terras Indígenas do Estado, bem como, os estudos de identificação e delimitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolhida a estratégia processual pela equipe e pelas lideranças presentes. • Evento cultural por iniciativa dos professores indígenas preocupados com a discriminação e preconceito por parte da sociedade cearense, em especial do município de Caucaia em não aceitarem a concepção de Educação Escolar Específica, Diferenciada e Intercultural Indígena Tapeba. • Lideranças informadas sobre o caso concreto. • Esclarecido o suposto dano ambiental ocorrido na aldeia do Olho D'água. • Assembléia realizada para denunciar os abusos cometidos pelo Governo durante as desapropriações para a implantação do Complexo Industrial do Pecém. • Pressão às autoridades locais pela demarcação de Terras Indígenas no Ceará.
--	---	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio Estadual • Seminário de Confraternização, Avaliação e Planejamento com as etnias Jenipapo-Kanindé, Pitaguary e Tapeba. • XIV Assembléia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará 	<ul style="list-style-type: none"> • Trocar experiências culturais e de luta pela terra. • Avaliar as atividades realizadas pelo CDPDH em 2008, como também seu trabalho e acompanhamento às aldeias; • Realizar um planejamento das atividades para o ano 2009 junto com as lideranças indígenas acompanhadas. • Preparar, articular e deliberar as decisões do movimento indígena no Ceará; • Aprovar e executar as ações do movimento de acordo com seu relatório final no âmbito municipal, estadual e nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oito jovens conheceram a realidade das Aldeias Kalabaça e Tabajara no Município de Poranga. • Planejamento, monitoramento e avaliação das atividades do Projeto. • Realizada na Aldeia Cajueiro em Poranga/Ce de 15 a 20 de dezembro de 2008, discutiu os seguintes temas: leitura do relatório da Assembléia 2007 e avaliação; avaliação das entidades indígenas e indigenistas, órgãos e secretarias; política partidária e eleição para a nova coordenação da Micro-Região da APOINME-Ce, entre outros.
--	---	---	--

3. Projeto Assessoria às Áreas de Risco.

PERÍODO	Atividades	Objetivos	Resultados
Fevereiro.	Reunião com as lideranças comunitárias	Apresentar o projeto; Propor temas para capacitações.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do projeto.
Abril.	Reunião com a Secretária Executiva da SEMAS.	Socializar a idéia do projeto; Buscar informações sobre a ação social da Prefeitura.	Definição das possibilidades de ação com outros órgãos da Prefeitura para dialogar com as comunidades e suas demandas;
Abril.	Pesquisa de Programas e Projetos Sociais dos poderes públicos nas esferas Federal, Estadual e	Instrumentalizar as lideranças comunitárias para a busca de inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Documento das Ações Sociais, produto da pesquisa

	Municipal.	em projetos sociais.	
maio	Oficina Comunidades Terapêuticas e Terapia Comunitária.	Perceber os problemas psicossociais das pessoas e seus tratamentos através de ações solidárias; Reforçar a solidariedade e o conceito de comunidade para o tratamento de surtos psíquicos; Vivenciar a experiência comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco informadas sobre terapia comunitária.
Maio.	Oficina Princípios Constitucionais das garantias individuais, coletivas, os direitos sociais – CF 1988 e os direitos da mulher.	Socializar e discutir os direitos da mulher, em especial, a lei Maria da Penha; Elencar as principais ações de violência contra as mulheres nas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco mais atentas aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.
Junho.	Oficina Educação Ambiental: Preservação dos ecossistemas das comunidades.	Atualizar o documento reivindicatório oficial com as demandas mais atuais das comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> Foi feito um levantamento diagnóstico da situação sócio-ambiental das comunidades de áreas de risco, atualizando o documento reivindicatório.
	Oficina Princípios e Fundamentos do Sistema Único de Assistência Social e SUS – Sistema Único de Saúde	Relatar as experiências dos moradores das áreas sobre o atendimento do sistema de saúde em suas comunidades; Elaborar propostas para a socialização das informações sobre os sistemas e melhoria no atendimento; Elaborar relatório das observações dos moradores sobre o sistema.	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco informadas sobre o SUS e o SUAS.
	Oficina Co-gestão urbana e Políticas Públicas Participativas	Debater a importância do papel da liderança comunitária e dos movimentos do bairro para a co-gestão.	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco mais atentas aos instrumentos de participação social.
	Oficina Associativismo, Gênero e Liderança	Analisar o papel do animador no processo de desenvolvimento local; Relatar o processo de conhecimento a realidade local e suas relações, planejamento estratégico e políticas públicas de desenvolvimento; Destacar a importância da comunicação para o desenvolvimento local; Expor técnicas de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco capacitadas sobre associativismo e gênero.

		em grupo.	
	Oficina Educação Sexual/DST e AIDS	Relatar os sinais e doenças causadas por vírus, bactérias, fungos e parasitas; Debater as formas de prevenção; Relatar experiências das comunidades sobre campanhas de combate a DSTs e AIDS; Distribuir panfletos informativos e preservativos para a distribuição nas escolas das comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco mais atentas às práticas preventivas em educação sexual/DST e AIDS.
	Oficina Estatuto do Idoso.	Socializar a Lei Nº.10.741 de 1/10/2003.	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias das áreas de risco conhecendo os direitos dos idosos.
	Avaliação e planejamento.	Realizar avaliação diagnóstica das áreas de risco; Elaborar planejamento estratégico para reforçar a organização comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação realizada e planejamento construído.

4. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º e 2º. Semestre	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com a Federação Central dos Bairros, Prefeitura Municipal de Fortaleza e Caixa Econômica Federal. Participação no Conselho Estadual de Segurança Pública. Audiência Pública na 	<ul style="list-style-type: none"> Definir um programa habitacional atendendo o público sem renda oficial. Discutir a situação a Segurança Pública no Estado do Ceará. Revisar o Plano Diretor de 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovada a proposta pelo Ministério das Cidades; Aceitação por parte da Caixa Econômica Federal do projeto de habitação para o público sem renda oficial. Revisão da Política Pública de Segurança Pública elaborada pelo Conselho e elaboração de emendas à legislação que reformula as leis de segurança do estado do Ceará Revisão das proposituras do

	<p>Câmara Municipal de Fortaleza sobre o Plano Diretor.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o Governador do Estado. • Lançamento anual da Campanha da Fraternidade: Fraternidade e defesa da vida. • Entrevistas à mídia local. • Reunião na Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado. • Audiências Públicas. 	<p>Fortaleza.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir infra-estrutura necessária para o bom funcionamento do Conselho de Segurança Pública e a entrega da minuta de lei que reformula a lei que criou o Conselho. • Estabelecer parceria entre o CDPDH e a CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil. • Divulgar as ações do CDPDH. • Avaliar os seis meses de atuação do Projeto Ronda do Quarteirão • Discutir a estação chuvosa em Fortaleza na Câmara 	<p>Plano Diretor propostas pela Sociedade Civil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamentos aceitos pelo Governador. • Fechada parceria entre o CDPDH e a CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil. • Maior visibilidade institucional. • Satisfação da sociedade; • Preocupação da sociedade sobre a temporalidade desses bons resultados; • Questionado quando atingirá todo o estado como política pública. • Conhecimento da estrutura organizada das Defesas Cívicas
--	---	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões do Conselho Arquidiocesano de Pastoral. • Reunião do Fórum Estadual dos Direitos Humanos. • Seminário de apresentação do projeto Ecoleta da Central das Associações de Moradores e Populares do Ceará – CAC. 	<p>Municipal de Fortaleza e Assembléia Legislativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir as prioridades pastorais. • Preparar para a IV Conferência Estadual dos Direitos Humanos. • Apresentar o projeto para a Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Siduscon – Sindicato da Construção Civil, CDPDH e Instituto de Desenvolvimento Social (IDS). 	<p>para a situação de calamidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de ação das prioridades pastorais 2008/2010: Formação, Missão e Família/Juventude; • Apresentação do Plano Pastoral 2008/2010; • Apresentação das equipes arquidiocesanas das prioridades e suas respectivas missões, e; • Encaminhamentos do Fórum Arquidiocesano de Pastoral. • Criado o site da sociedade civil que preparava a conferência; • Articuladas as entidades da sociedade civil para a elaboração de moções sobre a Conferência. • Aceito e homologado entre Caixa Econômica Federal, Central das Associações, Sindicato da Construção Civil e Prefeitura Municipal de Fortaleza para elaboração de uma minuta de convênio.
--	---	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Estadual dos Direitos Humanos • Participação nas reuniões de reativação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Eleger delegados para a Conferência Nacional dos Direitos Humanos. • Rearticular e reestruturar o Conselho Estadual dos Direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de uma moção sobre a Conferência denunciando a falta de discussão sobre a indivisibilidade de direitos sociais, econômicos e culturais dos direitos civis e políticos assegurados pela Conferência de Viena de 1933. • O Conselho, após uma paralisação de dois anos, reiniciou suas atividades em setembro de 2008; • Em razão dessa paralisação, todo o acervo da entidade foi removido para o COEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) e está sendo resgatado; • Os conselheiros notaram que a lei que regulamenta o referido conselho encontra-se completamente desconectado com a realidade por isso está propondo uma revisão
--	---	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Palestra sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU no Colégio Castelo Branco • Reunião na paróquia São Francisco de Assis do bairro Dias Macedo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Socializar os princípios universais dos Direitos Humanos para estudantes. • Formação do Fórum sobre Segurança Pública na paróquia São Francisco de Assis. 	<p>legislativa pra regularizar a situação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • De setembro até a presente data o conselho tem se reunido para regularizar, corrigir a situação mencionada, no entanto, pelo que pesam os obstáculos, na última sessão foi apreciado um caso que a solução está em andamento. • Socializada a adolescentes os princípios universais dos Direitos Humanos tentando sensibilizá-los sobre os valores de dignidade humana. <p>Definidas as ações para a implantação do Fórum:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar equipe central; • Traçar planos de visitas às comunidades; • Mapeamento das comunidades; • Buscar parcerias; • Convite às comunidades, associações, grupos a participarem do Fórum.
--	--	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS). • Reuniões do Fórum Social de Caucaia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir o turismo comunitário como estratégia de valorização da cultura das populações tradicionais, da preservação ambiental e da economia solidária. • Acompanhar as discussões do Fórum. 	<ul style="list-style-type: none"> • O CDPDH socializou sua experiência e assimilou as experiências de turismo sustentável na América Latina. • Avaliados e monitorados os mega-projetos do Complexo Porto do Pecém; • Planejadas as audiências com o Governador do estado, Secretários de estado, Assembléia Legislativa e Ministério Público.
--	---	---	--

5. Ações Institucionais

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa sobre a Dotação para o CDPDH. • Reunião interna 	<ul style="list-style-type: none"> • Agilizar financiamentos através de dotação orçamentária com Deputados Estaduais. • Expor Política de Comunicação do 	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitos os dois projetos apresentados: Batoque e Povos Indígenas tendo o Governo do Estado de firmar convênio. • Definida a Política de Comunicação e os encaminhamentos para sua

	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com a SEPLAG – Secretaria Estadual de Planejamento, Secretaria das Cidades, SETAS – Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social e CEART – Central do Artesanato do Ceará. • Reuniões com técnicos do escritório do Deputado Federal Eudes Xavier do Partido dos Trabalhadores. • 03 reuniões sobre os projetos atuais, infra-estrutura do CDPDH e futuros projetos. 	<p>CDPDH.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir as propostas de dotação orçamentária. • Reelaborar a propostas de dotações na esfera federal. • Avaliar e monitorar os atuais projetos. 	<p>implementação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definições burocráticas relativas a documentação do CDPDH para o repasse da dotação estadual para os projetos Batoque e Povos Indígenas (permanece em discussão) • Discutidos os acertos e reparos da proposta original do CDPDH de dotação orçamentária na esfera federal (permanece em discussão). • Entendido que o CDPDH deve fazer a medição dos resultados dos projetos em execução, a informação, educação, capacitação, formação de lideranças, como isso está para que a organização interna esteja mais preparada para reivindicar e cooperar com os poderes públicos;
--	---	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Definida a realização de um documento analítico da infra-estrutura necessária para o funcionamento do CDPDH dentro dessas perspectivas de trabalho; • Os projetos aprovados e/ou em execução: <ol style="list-style-type: none"> 1. Habitabilidade Urbana de Cordaid; 2. Protagonismo Indígena da Misereor; 3. Habitabilidade Urbana e Cidadania - PMF <ul style="list-style-type: none"> • Os projetos em negociação: <ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico para a Regularização Fundiária junto a Secretaria das Cidades do governo do estado; 2. Dotação Orçamentária Prefeitura Municipal de Fortaleza para o período 2009-2012; 3. Dotação para o Batoque que está na Secretaria de Planejamento do estado; 4. Dotação para os índios enviada para a Dep. Raquel Marques; 5. Dotação Orçamentária para 2008 da PMF; 6. Ecoleta – projeto da Central das Associações de Moradores e Populares do Ceará (CAC).
--	--	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com as Secretarias: SEPLAM – Secretaria de Planejamento do Município, SEFIN – Secretaria de Finanças do Município e SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. • Reunião com Ciclo • Reunião com o líder do Governo na Assembléia Legislativa, 	<ul style="list-style-type: none"> • Agilizar repasse da dotação municipal 2008 de 200 mil reais do CDPDH. • Monitorar o projeto Habitabilidade Urbana e Gestão Administrativa e Financeira do CDPDH. • Discutir o projeto de Diagnóstico de Regularização Fundiária do CDPDH. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aceitos e reprogramados os parcelamentos do Fundo Municipal de Assistência Social para o CDPDH. • Os relatórios financeiros de 2006 ao primeiro semestre de 2008 foram reelaborados seguindo as orientações demandadas por Ciclo/Cordaid; • Percebida a falta de gerenciamento informatizado das finanças devido a paralisação do programa SAF de gerenciamento. O CDPDH se comprometeu em adquirir outro programa mais barato e mais eficiente. • Solicitado pelo CDPDH a desburocratização entre a Secretaria das Cidades, Secretaria Estadual de Planejamento e
--	---	---	---

	Deputado Nelson Martins.		Secretaria de Infra-estrutura, todas do governo do estado. O CDPDH aguarda o momento licitatório.
	Reforço Institucional para as Pastorais Sociais, CEBs e Organismos da Arquidiocese de Fortaleza	7. Definir as linhas de ação de apoio do CDPDH às pastorais sociais da arquidiocese de Fortaleza.	8. Definidos os seguintes apoios nas ações de Ocupações de Terra, Conflitos do Povo da Rua com a Polícia, Casos de Prisões legais e ilegais, Relação com os Poderes Públicos, Elaboração de Projetos e Captação de Recursos.
	Mudança para o novo prédio: O Centro de Pastoral Mãe Maria da Igreja.	9. Reforçar a infra-estrutura de trabalho do CDPDH.	10. O Centro Pastoral contém salas de reunião, refeitório, 2 auditórios. O CDPDH se instalou em uma sala.
	Avaliação e Planejamento da Sustentabilidade Sociopolítica, Técnico-Gerencial, Financeira e de Controle	11. Avaliar a situação de sustentabilidade do CDPDH.	12. Avaliados pela equipe todos esses tópicos que resultou um texto analítico da atual situação do CDPDH com vistas a sua sustentabilidade.

	Governamental e Social do CDPDH		13. Em processo está o planejamento das ações para a sustentabilidade.
2º semestre: Agosto a dezembro	<p>Captação de recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião na Câmara dos Vereadores sobre a manutenção da dotação orçamentária da Prefeitura; • Articulação na Secretaria das Cidades do governo do estado para a negociação de um projeto de Diagnóstico da Regularização Fundiária em Fortaleza; • Negociação com a Secretaria de Infra-estrutura do governo do estado de um projeto de estudo e pesquisa social para o Complexo Portuário do Pecém e Siupé; 	<ul style="list-style-type: none"> • Favorecer a captação de recursos com a articulação de novos projetos para o CDPDH, principalmente a partir de fundos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conseguida a aprovação da dotação orçamentária da Prefeitura Municipal para 2008 no valor de 200.000,00 reais; • Apresentado o projeto no valor de 500.000,00 reais à secretaria e estamos no aguardo para nos reunir com o secretário; • A idéia de um projeto está sendo estudada pela equipe do CDPDH para ser apresentado à secretaria; • A proposta da ação no valor de 400.000,00 reais foi apresentada à Assembléia, mas até agora não obtivemos resposta; • Da mesma forma, a proposta foi apresentada no valor de 200.000,00 reais, mas até agora, sem resposta; • Apresentado o projeto de Capacitação em Direitos Humanos a três povos indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza (Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé) em maio de 2007. O projeto não foi

	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação na Assembleia Legislativa do Ceará com vistas a obter uma dotação orçamentária do governo do estado para atuarmos na Reserva Extrativista do Batoque em um projeto de capacitação profissional de jovens e organização comunitária; • Articulação na Câmara dos Deputados em Brasília para a obtenção de uma dotação parlamentar; • Concurso de projetos para o Fundo Nacional de Direitos Humanos; • Concurso de projetos para a 		<p>selecionado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentado o projeto de Edu - Comunicação para os três povos indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza (Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé). O projeto não foi selecionado; • A equipe do CDPDH está informada sobre as linhas de financiamento (datas, regiões e editais) da União Européia para o Brasil através do Ministério da Integração Social brasileiro.
--	--	--	--

	<p>empresa OI Futuro;</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação no Colóquio Internacional – Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia 		
	<p>Mudança na Coordenação Geral pelo diretor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a administração do CDPDH. 	<ul style="list-style-type: none"> Eleito Francisco Antônio Ferreira de Almeida (Chiquinho) para exercer esse cargo de confiança do diretor da entidade.
	<p>Comemoração 25 anos do CDPDH</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver ações que destaquem a importância do CDPDH para a luta dos direitos humanos em Fortaleza e no Ceará, nos últimos 25 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> Visibilidade das ações, resultados e impactos do trabalho do CDPDH no estado do Ceará em Direitos Humanos; Audiência Pública realizada na Câmara dos Vereadores de Fortaleza em homenagem ao trabalho do CDPDH em Direitos Humanos na cidade salientando sua importância no resgate da cidadania de milhares de fortalezenses; Pronunciamento realizado pela Deputada Rachel Marques (PT) na Assembléia Legislativa do estado do Ceará enfatizando as ações em prol da garantia e

			<p>promoção dos Direitos Humanos realizadas pelo CDPDH em 25 anos;</p> <p>✚ Realizada uma Celebração Eucarística na TV Cultura do Ceará no dia 09/12/07 em prol dos 25 anos da entidade.</p>
--	--	--	--